

COMUNICADO

Reunião de Médicos Internos na Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos

OBRIGATORIEDADE DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS ESPECIALISTAS NO SNS

Com cerca de cinco centenas de Médicos Internos presentes no Salão de Eventos da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, e concomitantemente por video-conferência com a Distrital de Faro, foi amplamente discutida a Proposta de Lei que pretende estabelecer o período mínimo durante o qual os Médicos Internos que obtenham formação específica nos estabelecimentos do SNS devem continuar a exercer funções no SNS.

Estiveram presentes a Ordem dos Médicos, o Conselho Nacional do Médico Interno, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul e o Sindicato Independente dos Médicos.

Reunidos, os Médicos Internos reafirmam o que foi concluído na reunião na Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, isto é, a proposta de lei que está em negociação não merece globalmente qualquer discussão e deve ser rejeitada.

Querem sublinhar que os médicos internos querem internatos médicos com qualidade. Pedem que seja explicitado o que é um médico interno e qual o seu papel no Serviço Nacional de Saúde, que nada terá a beneficiar com esta medida.

O Médico interno é e deve ser visto como um impulsionador da formação, da qualidade e da inovação das instituições de Saúde. Antes de mais, é um trabalhador do Estado, com tarefas bem definidas e progressivamente mais complexas, com horário de trabalho de 40h semanais. Aplicam-se aos médicos internos as regras do direito de trabalho, com os mesmos direitos e deveres de qualquer outro Médico da carreira médica, com o acréscimo de um compromisso formativo. Este baseia-se na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos ao longo de quatro, cinco ou seis anos e é sujeito a avaliação contínua. E é este compromisso que leva a que, na prática, o Médico Interno dispenda muitas mais horas semanais em jornadas laborais intensas, na elaboração de trabalhos científicos, na realização de horas

extraordinárias, que em não raros casos atinge o limiar da capacidade de trabalho. Além disso, desempenha funções assistenciais ao formar outros internos e alunos de medicina, inserido numa cultura de formação médica contínua inter pares que se perpetua até ao fim de carreira. O Médico interno é fundamental, importa frisar, para colmatar as deficiências do SNS pois assegura o normal funcionamento de serviços de internamento, de blocos operatórios, de consultas, de técnicas e de urgências, e sem o qual se verificaria a ruptura da assistência médica nacional. E sem o trabalho efectivo do "interno" quem paga é a população portuguesa.

É completamente desinserido da realidade da Saúde em Portugal, além de insensato, procurar uma analogia entre um trabalhador imprescindível ao funcionamento institucional do sector da Saúde e um estudante. Um estudante estuda e adquire o conhecimento necessário às competências que farão dele um trabalhador potencial. É um projecto e um investimento de trabalhador que ainda não o é.

Sublinham também que, como foi dito na Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, os Médicos Internos querem ficar a trabalhar no SNS, o Governo é que lhes está a criar incompreensíveis dificuldades ao não abrir concursos. Já existem na lei mecanismos para fidelizar os internos ao Serviço Nacional de Saúde.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2011